

Tribunal monta grande esquema para a eleição

Villas-Bôas Corrêa

Em silêncio eficiente, o Tribunal Superior Eleitoral, sob a batuta do seu jovem presidente, Francisco Rezek, está dando voltas para superar o desafio da eleição presidencial, com o primeiro turno convocado para daqui a menos de cinco meses, a 15 de novembro, e a perspectiva de um segundo turno que já está programado para 17 de dezembro, com a proclamação do sucessor do presidente José Sarney a 29, antes do Ano Novo.

A gigantesca operação que está sendo armada em surdina, não reclama apenas mobilização fantástica de esquema de comunicação, ligando cada município aos tribunais regionais, e esses à central de totalização no TSE, para o anúncio dos primeiros resultados horas depois de terminada a votação.

Complementa-se com a utilização de todos os meios imagináveis, da canoa ao avião e o helicóptero, para o transporte das urnas e mapas eleitorais; — documentos oficiais para a conferência dos dados registrados pelos computadores.

O TSE trabalha com o voto, opera com a realidade do eleitor. Por isso necessita conhecer o material básico para não cometer erros em planejamento discrepante da realidade.

A identificação do eleitorado brasileiro começa com o fichário estatístico do seu grau de instrução, ponto de partida para a avaliação da viabilidade de métodos mais rápidos de votação e de apuração do voto. Como, por exemplo, a transformação da junta receptora em junta apuradora, — que não é nenhuma novidade — descartada depois dos resultados desanimadores de testes realizados na periferia de grandes cidades e no interior. As contas dos mapas, preenchidos com garatujas, não fecham: sobram ou faltam votos, perdidos ou acrescentados nos erros da primeira das quatro operações, que se aprende no primeiro ano do primeiro grau ou nos cursos de alfabetização de adultos.

Qual é a chave de um segredo tão simples?

Para achar a resposta não é preciso mais do que conferir, com o embaraço da vergonha, o quadro exposto no gráfico do eleitorado nacional que compareceu à última chamada das urnas, em '88, no exato total de 75 milhões, 813 mil, 519 eleitores.

Para expor os fundos do quintal, convém principiar pela sala de visita. Pois eleitores com curso superior completo, doutores de anel no dedo, chegam a 5%. Percentagem razoável, espelhando os privilégios da elite abrigada nas universidades que engolem verbas da educação em distribuição indecorosamente injusta.

Adiante. Com curso superior incompleto, distingue-se 3% do eleitorado.

Um degrau abaixo e visualiza-se o eleitor com segundo grau completo, em estimulante índice de 10%. Com o segundo grau incompleto, mais 5%.

Portanto, o total do eleitorado que foi além do primeiro grau estanca em 23%.

Dai para a frente e a degringolada. Para amaciar a queda, o dado seguinte assinala 10% de eleitores com primeiro grau completo.

Agora, segurem o queixo para que não se desloque com o impacto dos números da humilhação. Com primeiro grau incompleto, o país alinha 28% do seu eleitorado.

É pouco? Então, vamos ao fundo da cisterna. No enganoso escaninho dos que admitem que lêem e escrevem, cabe 30% do eleitorado. São os semi-alfabetizados; que desenharam o nome com penoso esforço de testa franzida e mãos suadas e soletram dissílabos.

Eleitores declaradamente analfabetos, relativamente poucos: 10%. O direito de voto do analfabeto, avanço da Constituição-cidadã do doutor Ulysses Guimarães, não entusiasma o pobre diabo sem eira nem beira e que vegeta à sombra da sociedade. Como, paradoxalmente, é insignificante o alistamento opcional de jovens de 16 e 17 anos, — outro arranca da Constituição que espargiu ilusões tão efêmeras quanto às espalhadas pelo cruzado.

Com a diferença de que o cruzado lastreou a vitória eleitoral recordista do PMDB em 86 e a nova Constituição, pelo visto, não consegue izar a candidatura do doutor Ulysses do buraco das pesquisas sobre as tendências de voto.

O eleitorado deve chegar aos 80 milhões, pouco mais, — pouco menos. Seu retrato de corpo inteiro está aí, a cores, na estatística do TSE.

Analfabetos, semi-analfabetos, alfabetizados que não concluíram o primeiro grau, somam 68% do eleitorado.

Os números gritam denúncias de mentiras oficiais, desmascaram a dispendiosa mascarada do Mobral, desmontam patranhas e refugam cobranças que desfiliam no corso da campanha eleitoral.

A mais renitente das tolices é a da previsão do confronto ideológico, polarizando, a partir do primeiro turno, a decisão entre um candidato de centro e um representante da esquerda. Com índices acabrunhantes do eleitorado, ideologia é sofisticação de uma minoria inflada de vaidade, que se reconhece como elite e acredita que lidera o povão, levando-o na conversa fiada do palavrório de malandro.

Bobagem. Eleitorado que não lê, informa-se e decide seu voto pelo ouvido. Pelo que ouve e vê no rádio e na televisão. Misturando na sala da sua opção, a simpatia que despertou o candidato que cair no seu goto, com a confiança nas promessas do torneio de demagogia, de campanha armada para a probabilidade de decisão em 18 dias de campanha concentrada, na propaganda gratuita em rede nacional de rádio e televisão.

Alguns ingênuos de boa fé e muitos espertos à cata de desculpas para fiascos nas pesquisas, cobram programas dos candidatos e afirmam a descarada certeza que a campanha será decidida na confrontação pelo eleitor das soluções propostas para os graves problemas nacionais. Como inflação, dívida externa, internacionalização da Amazônia, atualização tecnológica, reserva do mercado.

É. Os 68% de analfabetos, semi-analfabetos ou com o primeiro grau inconcluso devem estar mesmo à espera de programas e propostas para decidir entre Collor, Brizola, Lula, o doutor Ulysses ou alguma surpresa que venha por aí, correndo por fora.

Haverá trouxa que acredite nisso? A sério?